



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

04/11/2012

INDICE

| | |
|---------------------------------------------|---------|
| 1. JORNAL ATOS E FATOS | |
| 1.1. DECISÕES..... | 1 |
| 1.2. EVENTOS..... | 2 |
| 2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS | |
| 2.1. EXECUÇÃO PENAL..... | 3 - 4 |
| 3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO | |
| 3.1. AÇÕES TJMA..... | 5 - 8 |
| 4. JORNAL O DEBATE | |
| 4.1. EVENTOS..... | 9 |
| 4.2. EXECUÇÃO PENAL..... | 10 - 11 |
| 4.3. SERVIDORES..... | 12 - 13 |
| 5. JORNAL O IMPARCIAL | |
| 5.1. AÇÕES TJMA..... | 14 |
| 5.2. CNJ..... | 15 |
| 5.3. DECISÕES..... | 16 |
| 6. JORNAL PEQUENO | |
| 6.1. ELEIÇÃO DE NOVO PRESIDENTE DO TRE..... | 17 |
| 6.2. EXECUÇÃO PENAL..... | 18 - 20 |
| 6.3. PRESIDENTE..... | 21 |
| 6.4. SELETIVOS..... | 22 - 23 |
| 6.5. SEM ASSUNTO..... | 24 |

O Tribunal de Justiça até agora não disse se acata ou a não a denúncia contra o deputado estadual Raimundo Cutrim, acusado de liderar um grupo de grileiros na Ilha.

4º. - OBSERVATÓRIO - O Conselho Nacional de Justiça realiza, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário nos dias 5 e 6 de novembro, em Aracaju. - A avaliação do cumprimento das Metas Nacionais e a integração do Poder Judiciário para o desenvolvimento da gestão estratégica, com vistas ao aperfeiçoamento do sistema judicial brasileiro, são alguns dos objetivos do encontro. - Pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão participam os desembargadores José de Ribamar Froz Sobrinho (membro substituto representando a presidente do TRE) e José Bernardo Silva Rodrigues (vice-presidente, corregedor e ouvidor), o diretor Gustavo Campos (geral) e a coordenadora Karla Abdalla (planejamento, estratégia e gestão)...

08

POLÍCIA

SES promove discussões sobre assistência psicossocial a detentos



Representantes das instituições que participaram do "Seminário Sobre Atenção Integral à Pessoa com Transtorno Mental, em conflito com a Lei no Maranhão" elegeram uma comissão que se reunirá, na próxima terça-feira (6) para redigir um documento do qual constarão as ações a serem encaminhadas no estado. O documento será assinado pelos dirigentes da Secretaria de Estado de Saúde (SES), do Tribunal de Justiça, da Secretaria de Saúde de São Luís e outros órgãos envolvidos nessa discussão.

SES promove discussões sobre assistência psicossocial a detentos



Representantes das instituições que participaram do "Seminário Sobre Atenção Integral à Pessoa com Transtorno Mental, em conflito com a Lei no Maranhão" elegeram uma comissão que se reunirá, na próxima terça-feira (6) para redigir um documento do qual constarão as ações a serem encaminhadas no estado. O documento será assinado pelos dirigentes da Secretaria de Estado de Saúde (SES), do Tribunal de Justiça, da Secretaria de Saúde de São Luís e outros órgãos envolvidos nessa discussão.

O encontro foi realizado, na última quinta-feira (1º), em São Luís com o objetivo de debater e encontrar soluções para melhorar a assistência psicossocial e jurídica a pacientes de Justiça internados em unidades de saúde psiquiátricas. Participaram das discussões técnicos

dos Ministérios da Saúde e da Justiça, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e das Secretarias de Estado de Saúde (SES), Segurança Pública (SSP), Direitos Humanos e Cidadania (Sedihc) e de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap), além do Ministério Público.

O evento foi aberto pelo subsecretário de Estado de Saúde, José Márcio Soares Leite, que enfatizou o empenho da SES em reunir atores que possam traçar diretrizes e ações pontuais visando atender os presos de Justiça que necessitam de tratamento psiquiátrico.

"Nossa preocupação com essa situação vem desde 2003, quando começamos a discutir a implantação de uma rede de atenção psicossocial a presos de Justiça",

lembrou José Márcio que compunha mesa do evento ao lado do desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, com o secretário de Estado de Justiça Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, com Luciano André Losekan, representante do Conselho Nacional de Justiça, dentre outras autoridades.

O desembargador entregou ao subsecretário um termo de compromisso para que seja feito um levantamento da atual situação de pacientes portadores de transtorno mental que aguardam resolução jurídica em ambientes hospitalares. Ele disse que o encontro foi um grande passo para que se busque integrar os setores, definindo o papel de cada ente envolvido.

"Fico muito feliz de ver essa vontade dos atores envolvidos de encontrarem meios que per-

mitam cuidar destes indivíduos da forma adequada, afastando dele o confinamento por tempo indeterminado dentro destas unidades hospitalares", disse ele.

Mesas redondas - Uma das principais questões debatidas durante o seminário foi o número real de casos, e o andamento de cada processo jurídico. Este item é de tamanha importância que foi destaque da primeira mesa redonda, denominada "diagnóstico situacional do Maranhão na assistência ao portador de transtorno mental em conflito com a lei".

Para o expositor da temática, o juiz auxiliar da capital, Douglas de Melo Martins, a situação vivida por grande parte destes pacientes é cabível de resoluções imediatas para não ferir os direitos humanos. Ele também destacou que existe hoje um levantamento feito pelo Tribunal de Justiça que aponta em todo estado cerca de 260 casos processuais com suspeita de transtorno comportamental.

"Há casos que os pacientes já foram avaliados e estão em tratamento específico, mas a maior parte ainda encontra dificuldades devido ao tempo de espera que geralmente supera os 60 dias, para que o paciente tenha seu primeiro contato com os profissionais, e seja avaliado", ressaltou.

Alternativo

Primeiras leis do MA completam 400 anos

Página 1

400 anos das Leis Fundamentais

Instituídas pelos franceses durante a ocupação no século XVII, primeiras normas jurídicas no Maranhão completaram quarto centenário no dia 1º de novembro

Helena Barbosa
Especial para o Alternativo

São Luís não passava de um povoado e não contava com dois meses da data oficial de fundação, quando foram promulgadas, em 1º de novembro de 1612, as primeiras normas jurídicas em terras maranhenses: as Leis Fundamentais do Maranhão, que, também completam 400 anos no ano da passagem do aniversário da cidade.

O mapa do mundo - "terras descobertas e a descobrir" - estava dividido entre as posses dos reis da Espanha e de Portugal, conforme o Tratado de Tordesilhas. Mas os residentes na ilha Upaon-Açu dos índios Tupinambás estavam sob o jugo da coroa francesa, que invadiu a costa norte do Brasil e fundou a França Equinocial, cujos domínios se estendiam até 50 léguas (cerca de 350Km) em torno do forte construído à beira do mar - hoje Palácio dos Leões.

Em homenagem ao infante Luís XIII, Rei de França e Navarra, que contava 11 anos de idade, o chefe da expedição e fundador, Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, batizara com o nome do rei menino o forte Saint-Louis, dando origem à povoação.

Naquela época, o Brasil-Colônia estava sob o domínio português e passava por sua segunda fase de organização judiciária, entre os anos de 1549 e 1767, com o poder centralizado nos governadores-gerais. O código legal vigente na época eram as Ordenações Filipinas, instituídas em 1603 por Filipe I, rei de Portugal, que vigoraram até 1830. O sistema de administração das terras pelos donatários das Capitânicas Hereditárias não prosperou a contento e o território português permanecia vulnerável à ação dos invasores ingleses, franceses e holandeses, que não foram beneficiados pelo Tratado de Tordesilhas.

A França Equinocial foi a segunda tentativa de os franceses

estabelecerem bases no litoral brasileiro, com planos de expandir seus territórios e difundir o catolicismo, com apoio dos nativos. A lei servia de instrumento de consolidação dessas conquistas e suporte legal aos exploradores.

O costume era que os conquistadores já trouxessem de suas origens a legislação a ser aplicada nas colônias. Era comum receberem uma carta régia, que lhes concedia direitos para praticar atos na colônia, incluindo competências cíveis e criminais. No entanto, no caso das Leis Fundamentais, que originaram a França Equinocial, foram adaptadas à cultura local.

Disseminação - Assinadas por Daniel de La Touche e François de Rasily e escritas por Claude d'Abeville, as normas foram disseminadas por meio de pregões aos silvícolas, fidalgos, militares e religiosos e ato dos subordinava. Eram constituídas de um compêndio de normas de várias espécies, que incluía direito ca-

nônico, penal e civil, dentre outros ramos do Direito e previa duras penas para os infratores.

Dizia, entre outros preceitos, que seria punido quem atentasse contra a vida do comandante da expedição ou dos residentes na Colônia, tipificando crimes de homicídio, parricídio, traição, atentado e monopólio, sob pena de condenação à morte, sem perdão. Só escapava da morte o homicida que agisse, justificadamente, em legítima defesa.

O crime de furto era punido com detalhes curiosos: açoites ao pé da força, ao som de corneta, para servir de exemplo, cumulada com trabalhos forçados nas obras públicas, com a perda da dignidade e dos salários correspondentes aos serviços executados. Se o réu reincidisse, enforcamento.

Adulterio- Junto com as primeiras normas, também foi instituído o Corpo de Justiça. Funcionava como um tribunal informal. Foi com base nessa legislação, membros dessa corte improvisada, que se fez o primeiro julgamento de um crime que abalou a colônia: a bárbara execução da mulher do índio Japiçu, chefe da aldeia Junipará, por adultério.

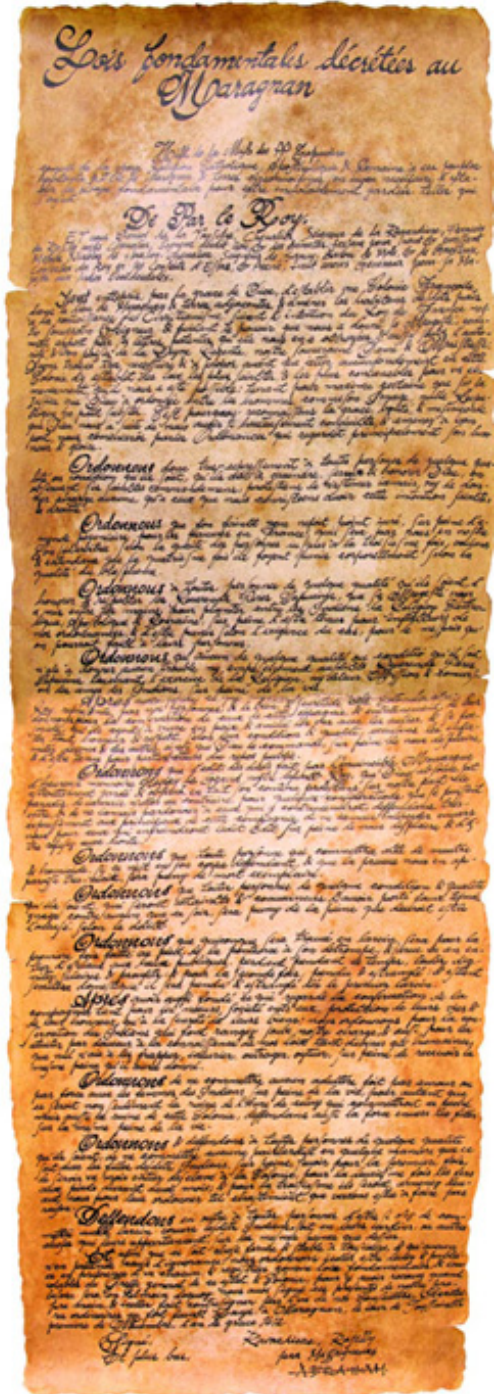
O desembargador e historiador Milson Coutinho, reproduz

com detalhes a passagem desse julgamento no livro *História do Tribunal de Justiça do Maranhão (Colônia, Império - República)*, baseado em citações de terceiros do relato do padre d'Abbeville, escrivão da expedição.

Narra o magistrado que, ao tomar conhecimento da lei, o silvícola a utilizou a seu favor. Ao saber por seus filhos que a mulher havia praticado adultério, fez justiça com as próprias mãos, ordenou a morte dela por esartejamento, pelas mãos das índias mais velhas da aldeia.

Pela prática do crime, foi levado a responder a um processo sumário e oral diante do conselho, formado por fidalgos e chefes indígenas. De sorte que, por deliberação, do presidente, François de Rasily, obteve a absolvição. Não somente pela aquiescência e generosidade dos seus julgadores, diz-se, mas pela articulada defesa que fez de si próprio.

Pela promulgação das leis fundamentais e criação de um Corpo de Justiça, Coutinho considera Luiz XIII, "em teoria, o primeiro chefe supremo do Judiciário do Maranhão", título que lhe conferiu em outra obra de sua lavra: *Ouidores-Gerais Juizes de Fora e Livro Negro da Justiça Colonial do Maranhão (1612-1812)*.



Normas vigoraram até a expulsão francesa

A dominação francesa e as Leis Fundamentais vigoraram até 3 de novembro de 1619, data registrada na história como o dia da rendição dos invasores na capital, após a vitoriosa batalha contra os invasores pelos portugueses Jerônimo de Albuquerque, em terra, e Alexandre de Moura, no mar.

Sete dias depois daquela data, e sete anos após a fundação de São Luís, fora criada a Ouvidoria Geral do Estado do Maranhão, a segunda do Brasil, outorgada por ordem do Rei Felipe III da Espanha (IV de Portugal). Era o primeiro ordenamento jurídico lusitano no Estado do Maranhão.

Situada a promulgação das Leis Fundamentais do Maranhão na história de São Luís, pergunta-se: qual a contribuição dos franceses e de suas normas fundamentais para a história das leis e da Justiça?

O doutor em Direito do Estado José Cláudio Pavão Santana atribui às Leis Fundamentais do Maranhão valor constituinte, na tese defendida junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, intitulada *As Leis Fundamentais do Maranhão: Densidade*

Jurídica e Valor Constituinte. A contribuição da França Equinocial ao Constitucionalismo Americano. A pesquisa foi publicada no livro *O Pré-constitucionalismo na América*, lançado em 2010, onde a natureza das normas é analisada sob os aspectos cronológico, territorial e normativo.

Segundo o professor, com as Leis Fundamentais, os franceses contribuíram significativamente com o estudo do Direito Constitucional, considerando que houve na história o "pré-constitucionalismo", compreendido como o estudo da formação do Estado Constitucional, em época anterior ao século XVIII.

O autor constata que as bases das normas revelam preocupações que mais tarde foram assentadas em cartas constitucionais, inclusive a Constituição da República de 1988. E assegura que as LFM precedem todas as normas escritas no continente americano que tenham por propósito a constituição de um Estado. Nem mesmo a Declaração de Mayflower, (11 de novembro de 1620), fundamento da primeira constituição das Américas, foi sua antecessora.

TRE participa do Encontro em Aracaju

O Conselho Nacional de Justiça realiza, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário nos dias 5 e 6 de novembro, em Aracaju. A avaliação do cumprimento das Metas Nacionais e a integração do Poder Judiciário para o desenvolvimento da gestão estratégica, com vistas ao aperfeiçoamento do sistema judicial brasileiro, são alguns dos objetivos do encontro. Do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão participam os desembargadores José de Ribamar Froz Sobrinho (membro substituto representando a presidente do TRE) e José Bernardo Silva Rodrigues (vice-presidente, corregedor e ouvidor), o diretor Gustavo Campos (geral) e a coordenadora Karla Abdalla (planejamento, estratégia e gestão).

Discussões sobre assistência psicossocial a detentos

PAG. 11

SAÚDE

Discussões sobre assistência psicossocial a detentos

Representantes das instituições que participaram do "Seminário Sobre Atenção Integral à Pessoa com Transtorno Mental, em conflito com a Lei no Maranhão" elegeram uma comissão que se reunirá, na terça-feira (6) para redigir um documento do qual constarão as ações a serem encaminhadas no estado. O documento será assinado pelos dirigentes da Secretaria de Estado de Saúde (SES), do Tribunal de Justiça, da Secretaria de Saúde de São Luís e outros órgãos envolvidos nessa discussão.

O encontro foi realizado, nesta quinta-feira (1º), em São Luís com o objetivo de debater e encontrar soluções para melhorar a assistência psicossocial e jurídica a pacientes de Justiça internados em unidades de saúde psiquiátricas. Participaram das discussões técnicos dos Ministérios da Saúde e da Justiça, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e das Secreta-

rias de Estado de Saúde (SES), Segurança Pública (SSP), Direitos Humanos e Cidadania (SediHC) e de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap), além do Ministério Público.

O evento foi aberto pelo subsecretário de Estado de Saúde, José Márcio Soares Leite, que enfatizou o empenho da SES em reunir atores que possam traçar diretrizes e ações pontuais visando atender os presos de Justiça que necessitam de tratamento psiquiátrico.

"Nossa preocupação com essa situação vem desde 2003, quando começamos a discutir a implantação de uma rede de atenção psicossocial a presos de Justiça", lembrou José Márcio que compunha mesa do evento ao lado do desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, com o secretário de Estado de Justiça Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, com Luciano André Losekan,

representante do Conselho Nacional de Justiça, dentre outras autoridades.

O desembargador entregou ao subsecretário um termo de compromisso para que seja feito um levantamento da atual situação de pacientes portadores de transtorno mental que aguardam resolução jurídica em ambientes hospitalares. Ele disse que o encontro foi um grande passo para que se busque integrar os setores, definindo o papel de cada ente envolvido.

"Fico muito feliz de ver essa vontade dos atores envolvidos de encontrarem meios que permitam cuidar destes indivíduos da forma adequada, afastando dele o confinamento por tempo indeterminado dentro destas unidades hospitalares", disse ele.

Mesas redondas - Uma das principais questões debatidas durante o seminário foi o número real de casos, e o andamento de cada processo jurídico. Este

item é de tamanha importância que foi destaque da primeira mesa redonda, denominada "diagnóstico situacional do Maranhão na assistência ao portador de transtorno mental em conflito com a lei".

Para o expositor da temática, o juiz auxiliar da capital, Douglas de Melo Martins, a situação vivida por grande parte destes pacientes é cabível de resoluções imediatas para não ferir os direitos humanos. Ele também destacou que existe hoje um levantamento feito pelo Tribunal de Justiça que aponta em todo estado cerca de 260 casos processuais com suspeita de transtorno comportamental. "Há casos que os pacientes já foram avaliados e estão em tratamento específico, mas a maior parte ainda encontra dificuldades devido ao tempo de espera que geralmente supera os 60 dias, para que o paciente tenha seu primeiro contato com os profissionais, e seja avaliado", ressaltou.

NACIONAL

Parecer mantém reajuste de 5% para servidores públicos

O relator do Orçamento de 2013, senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou seu parecer preliminar mantendo a previsão de reajuste nos percentuais oferecidos pelo governo ao funcionalismo público - de 5% no próximo ano. **(Página 02)**

Parecer mantém reajuste de 5% para servidores públicos

Relator manteve em relatório preliminar do Orçamento para 2013 previsão de aumento no percentual oferecido pelo governo

O relator do Orçamento de 2013, senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou seu parecer preliminar mantendo a previsão de reajuste nos percentuais oferecidos pelo governo ao funcionalismo público - de 5% no próximo ano. A decisão frustra diversas categorias, principalmente os servidores Poder Judiciário, que esperavam do Congresso uma ampliação dos reajustes. Jucá deixou reservados R\$ 9,5 bilhões para atender a demandas específicas, mas afirmou que só vai incluir mais despesas na área de pessoal se tiver aval do Executivo.

"Não adianta eu colocar na rubrica de pessoal algum incremento se não houver entendimento com o Executivo", disse. "Neste ano (de 2013), com o Orçamento apertado, é muito difícil dar reajuste", complementou. O relator disse ainda que há uma "limitação financeira brutal" em relação ao Orçamento do próximo ano e que alocar mais recursos para reajuste sem aval do Executivo seria "jogar dinheiro fora".

Emendas. Jucá manteve em R\$ 15 milhões a cota de emendas individuais para cada parlamentar e determinou que R\$ 2 milhões devem



ser destinados por deputado à área da saúde. No total, as emendas individuais chegam a R\$ 8,9 bilhões. O relator anunciou que destinará R\$ 3,9 bilhões para compensar Estados por perdas com incentivos à exportação, a chamada Lei Kandir.

A comissão aprovou nesta semana uma ampliação de R\$ 23,8 bilhões da

expectativa de receita líquida para o próximo ano. Responsável pelo parecer sobre as receitas, o deputado Cláudio Puty (PT-PA) sustenta que o aumento da massa salarial permitirá ampliação da arrecadação da Previdência Social. Foi mantida a previsão de crescimento em 4,5% para o ano de 2013 e em R\$

670,95 do valor do salário mínimo para o próximo ano.

A intenção de Jucá é colocar seu parecer preliminar em votação já na próxima semana para evitar que atrasos no calendário impeçam a conclusão do Orçamento ainda em 2012, antes do recesso parlamentar - que começa em 23 de dezembro. O Estado de S. Paulo.

- 1** À frente do movimento para mudar a regra da Constituição Federal e facilitar criação de municípios pelas assembleias legislativas, está o maranhense Augusto César, por Arnaldo Melo, presidente da Alema. Augusto lidera o movimento “Emancipa Brasil”, que pretende derrubar o artigo da CF, imposto, na década de 1990, pelo então deputado maranhense César Bandeira.

- 2** Na época, em 1996, Bandeira teve os povoados Brejo de Areia e Apicum-Açu, de sua base eleitoral, excluídos da leva de 88 municípios criados no Maranhão. Indignado, ele apresentou a emenda constitucional nº 15, que passou à Câmara o direito de emancipar povoados. Mesmo os dois redutos ganharam autonomia. Agora, a Câmara quer “regulamentar” a emenda de Bandeira.

ENQUANTO ISSO, NO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



**FRANCISCO
ALVES JR.**
SECRETÁRIO - GERAL
DO CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) se prepara para o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, evento que reunirá dirigentes dos 91 tribunais do país, além de nomes de peso da academia, imprensa, empresariado, gestão e planejamento públicos. O evento será uma das últimas grandes ações do ministro Ayres Britto à frente do CNJ, numa gestão

marcada pela brevidade - menos de sete meses - e por uma atividade intensa. Um ritmo frenético que já resultou no julgamento de quase 4 mil processos, na punição de cinco magistrados e na edição de 13 resoluções e três recomendações.

O CNJ tem produzido muito. Atividade intensa que se dá sob a firme e tranquila liderança do presidente, graças ao entusiasmado engajamento dos conselheiros, à dedicação dos servidores e ao indispensável apoio de uma bem formada equipe de juízes auxiliares que alia competência técnica, capacidade de articulação política e experiência nas áreas de infância e juventude, execução penal, saúde, trabalho, consumo, gestão e planejamento, violência doméstica e familiar contra a mulher e tecnologia da informação.

Merecem destaque a instalação de um fórum sobre precatórios e a revitalização de outro que debate questões de saúde. Nesse período, o CNJ exigiu ficha limpa para ocupar cargo em comissão e maior profissionalização dos tribunais quanto à gestão de recursos. Deu continuidade às inspeções de presídios e unidades de internação e às cobranças ao Poder Executivo para melhorá-los. Ampliou a transparência remuneratória e fortaleceu a Ouvidoria Nacional. Estimulou adoções e o reconhecimento de paternidade com campanhas que se valeram das redes sociais e de grandes times de futebol.

Lançou a Agenda Legislativa do Poder Judiciário, um prêmio sobre infância e juventude, uma cartilha sobre direitos de adolescentes internados, manuais sobre mediação judicial e bens apreendidos, além de um portal infantil na internet. Celebrou parcerias com a Unicef

e a Childhood Brasil, participou da Rio+20 e criou cartilha com ações ambientais. Divulgou o relatório Justiça em números com nova metodologia e continuou a desenvolver o PJe, sistema de processo eletrônico que obteve adesão de tribunais estaduais e das justiças federal, eleitoral, trabalhista e militar.

Ainda no campo da produção do conhecimento, o conselho iniciou pesquisas sobre abrigos infantis, adoção, custas, mulheres presas, distribuição da força de trabalho nos tribunais estaduais e impacto das causas federais a cargo desses tribunais, perfil dos magistrados e servidores e situação das pessoas internadas em hospitais psiquiátricos por ordem judicial. Além disso, organizou varas de execução penal e setores que cuidam de precatórios, bem como treinou servidores por meio da educação a distância.

Devem ser destacados, ainda, os cursos, seminários e simpósios que o CNJ tem promovido sobre improbidade administrativa, tráfico de pessoas, Lei Maria da Penha, adolescentes em conflito com a lei, situação de presos estrangeiros, conciliação, educação a distância, comunicação, processo eletrônico, controle interno, valorização da magistratura, auditoria em obras públicas, estatísticas judiciais, dentre outros.

Internamente, o CNJ reestruturou seu espaço físico, prepara concurso público para a admissão de 170 novos servidores e está concluindo a reforma de seu regimento, a implantação do PJe e a reorganização de seus mais de 120 projetos, programas e ações, bem assim de sua jurisprudência e dos seus atos normativos.

E o trabalho prossegue. No VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, segunda e terça-feira próximos, em Aracaju (SE), os principais eixos temáticos serão o combate à corrupção e o problema da comunicação. Isso porque há estudos que revelam a necessidade de a Justiça se comunicar melhor, tanto com a sociedade quanto internamente. De igual modo, há dados que conduzem à necessidade de melhorar o acompanhamento das ações anticorrupção e apoiar tecnicamente os juízes para julgá-las com qualidade e em tempo razoável. Tudo em pouco mais de seis meses. Breve, muito breve. Mas intenso.

Pauta requentada

O debate começou logo após a posse dos atuais deputados estaduais em 2011. O presidente Arnaldo Melo fez aprovar a resolução legislativa para elaborar sobre a criação de municípios no Maranhão. Depois, criou uma comissão especial para aprofundar a discussão, realizar estudos e definir critérios para as emancipações. Desses critérios, incluiu até prazo para que povoados se habilitassem, dentro das novas regras, ao processo emancipacionista.

Em agosto passado, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) derrubou a resolução da Assembleia e praticamente abortou as criações em curso. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) foi proposta pela seccional maranhense da OAB. Os desembargadores travaram acalorado debate, mas, no final, não teve jeito. Agora, quem se mexe no sentido de reavivar a discussão na Assembleia é o deputado Zé Carlos (PT).

Para ele, o assunto não morreu. O petista foi a Brasília se encontrar com o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia. Este garantiu que, em breve, entrará em pauta o Projeto de Lei que regulamenta o parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição Federal, estabelecendo novas regras para a criação de municípios. O maranhense Augusto César, presidente do movimento "Emancipa Brasil", negocia na Câmara a aprovação da emenda, de iniciativa popular, visando a repaginar o mapa do Brasil sobre novos municípios. Só no Maranhão, tem mais de 100 povoados já classificados para entrar na nova farra emancipacionista.

Guerreiro Júnior participa de Encontro Nacional do Judiciário

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, participa na segunda e terça-feira próximas, em Aracaju (SE), do 6º Encontro Nacional do Judiciário, quando magistrados de todo o país e CNJ irão debater planejamento estratégico, gestão e metas para a justiça nacional em 2014. O presidente do STF e do CNJ, ministro Carlos Ayres Britto, que é sergipano, falará na abertura.

A comunicação do Poder Judiciário e combate à corrupção serão temas debatidos em Aracaju. Ambos foram objeto de reunião preparatória em

Brasília com representantes dos tribunais, a partir de diagnóstico do Departamento de Gestão Estratégica da secretaria-geral do CNJ e resultados do Seminário Nacional de Probidade Administrativa, promovido pelo Conselho no primeiro semestre, por ocasião dos 20 anos da Lei de Improbidade.

Este ano os participantes também pretendem revisar metas estabelecidas em encontros anteriores, fixar novas propostas e interagir pela troca de experiências.

O Encontro Nacional do Judiciário reúne anualmente presidentes, corregedores e

membros de tribunais. O evento tem como foco avaliar a estratégia nacional do Judiciário e definir metas e ações prioritárias, com o objetivo de modernizar a Justiça e melhorar a prestação de serviços ao cidadão.

Pela primeira vez uma capital do Nordeste sediará o evento. O de 2011 ocorreu em Porto Alegre. O Encontro Nacional do Judiciário é realizado regularmente desde 2008.

Assessoram o presidente Guerreiro Júnior em Aracaju os juízes Paulo de Assis Ribeiro (coordenador do Núcleo de Planejamento Estratégico do TJMA) e Marcela Santana Lobo.



Entrevista Exclusiva

Por Waldemar Terr (Repórter de Política) / waldemarter.com.br - wter.blog.uol.com.br

Sérgio Tamer faz avaliação do sistema prisional do Estado e revela que Sejap inaugura novas unidades

O secretário de Justiça e Administração Penitenciária do Estado (Sejap), Sérgio Tamer, faz avaliação do período em que se encontra à frente do órgão e garante que novas unidades prisionais estão sendo construídas e inauguradas. “A prisão jamais será um lugar cômodo ou confortável, por mais bem construída e aparelhada que seja. Ela deve ser adotada em casos extremos e a lei já direciona para esse caminho ao estabelecer as medidas alternativas às prisões cautelares ou provisórias. No futuro, também serão adotados os mesmos procedimentos para a condenação penal”, afirma.

Tamer garante que “uma das grandes conquistas foi a assimilação geral de que devemos regionalizar o sistema, construindo unidades de pequeno porte nos municípios, desconcentrando, assim, o complexo penitenciário de Pedrinhas”.

A seguir a entrevista com o secretário.



Sérgio Tamer, secretário de Justiça e Administração Penitenciária

JORNAL PEQUENO – Qual a avaliação do que o senhor faz dos avanços alcançados no sistema carcerário do Estado?

SÉRGIO TAMER – Uma das grandes conquistas foi a assimilação geral de que devemos regionalizar o sistema, construindo unidades de pequeno porte nos municípios, desconcentrando, assim, o complexo penitenciário de Pedrinhas que com as suas oito unidades, superlotadas, abriga presos de todos os municípios do Maranhão fato que dificulta a aplicação da Lei de Execução Penal. Com recursos exclusivamente do Estado, construímos unidades desse porte em Bacabal, Santa Inês e Davinópolis, todas inauguradas e em pleno funcionamento. As unidades de Chapadinha e de Rosário serão as próximas a serem entregues, ainda este ano. Mas aqui na Capital também estamos trabalhando para desconcentrar o Complexo de Pedrinhas e exemplo disso foi a criação da unidade do Monte Castelo e a reforma e ampliação das unidades do Anil e do Olho D'Água, todas aprovadas pelos juízes da Execução Penal, pelos defensores públicos e pelos promotores da execução. Não podemos esquecer a central de monitoramento eletrônico, com 274 câmeras distribuídas por todo o sistema, além do Sistema de Gestão Prisional que em tempo real fornece dados

digitalizados de todos os internos. No tocante à ocorrência de óbitos, reduzimos drasticamente o percentual que vinha sendo constatado ao longo dos últimos anos.

JP – Qual foi o aumento no número de vagas e o que a construção de novos presídios representou?

ST – Temos uma defasagem, crônica, no sistema, em torno de duas mil vagas. Atualmente são 800 presos que circulam no sistema prisional, sob a jurisdição da Sejap, e que estão além da sua capacidade instalada. Esse número já foi bem maior. Isso nos traz muitos problemas que procuramos mitigar com o esforço de todos. A superlotação causa sérios transtornos para o próprio interno, para a segurança e para a conservação e manutenção dos prédios. Afora isso, há a pressão, legítima, que juízes e promotores das comarcas fazem semanalmente para transferir presos de delegacias interditas para o sistema prisional. Em delegacias ainda são cerca de 1.200 presos que, evidentemente, ainda não podemos recepcionar antes de inaugurarmos as unidades que estão projetadas para o próximo ano. Já conseguimos abrir em 20 meses de gestão 796 novas vagas de um total de mil vagas que é a nossa meta até o final do ano. E isso já foi um alento muito grande nesse quadro de superlotação.

JP – Quais os projetos na área de construção de novos presídios?

ST – Dois projetos que tiveram sua análise concluída e aprovada tanto pelo Depen/MJ quanto pela Caixa Econômica para a construção de unidades em Pinheiro e Santa Inês, estão na Comissão Central de Licitação do Estado aguardando uma decisão do próprio Depen/MJ para o lançamento do edital. Essa suspensão provisória foi determinada nacionalmente e os estados estão aguardando um novo posicionamento daquele órgão. Enquanto isso, estamos nos movimentando para suprir o déficit de vagas com a ampliação da CCPJ de Imperatriz (160 vagas) e a inauguração da penitenciária de Imperatriz (220 vagas), além da completa recuperação da Penitenciária de Pedrinhas. Outro projeto já foi concluído para Bacabal, aprovado pelo Depen/MJ, mas ainda está em fase de aprovação junto à Caixa Econômica. Também com o apoio da governadora Roseana Sarney há um financiamento do BNDES para a construção de cinco novas unidades projetadas para 2013, entre as quais se inclui uma penitenciária de segurança máxima.

JP – Qual é o sucesso no programa de ressocialização executado pela Sejap?

ST – A parceria com instituições tanto do setor público

quanto da iniciativa privada talvez seja a chave das conquistas até aqui alcançadas. As ações da Defensoria Pública na assistência jurídica aos apenados são notáveis. Os programas do Tribunal de Justiça, da Unidade de Monitoramento e das Varas de Execução Penal são um bom exemplo de boas práticas ressocializadoras. No campo da saúde há diversas parcerias que incluem ao mesmo tempo o Ministério da Saúde e a Secretaria Estadual de Saúde. A assistência religiosa passa por inúmeras ações de instituições evangélicas que realizam um trabalho voluntário de grande alcance social. E o plano estadual de educação nas prisões, recentemente encaminhado ao MEC, é outro bom exemplo de parceria entre a Sejap e a Seduc. Além das assistências materiais e outras definidas pela Lei de Execução

Penal, a meta é ofertar 100% de ocupação aos internos, seja em ações educativas ou laborais. Mas temos que caminhar aos poucos, pois a superlotação limita demasiadamente as ações de reinserção social.

JP – O que representam medidas como o fato do Presídio São Luís haver comemorado o Dia das Crianças com filhos e familiares de detentos?

ST – Essas iniciativas buscam reforçar os propósitos da Sejap quanto à atenção em relação aos reeducandos e seus familiares. A política estabelecida pela Secretaria quanto às assistências busca garantir os direitos básicos, dentro dos princípios da humanização, da justiça, da cidadania, enfim, da dignidade humana. A família é muito importante nesse processo de reinserção social.

JP – Como tem sido a capacitação dada pela Sejap aos servidores do Sistema Penitenciário?

ST – Temos realizado encontros periódicos, o “Integra Sejap”, com diretores e agentes. O corpo técnico da Sejap possui elevada qualificação profissional, alguns agentes tem até três cursos superiores. Temos também um dos mais bem preparados grupamentos de intervenção e escolta do país, o GEOP. Mas a reciclagem é importante. Em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional – Depen, o governo do Estado já firmou um convênio

para implantar a Escola de Gestão Penitenciária que irá atender as demandas de formação envolvidas na execução penal. Assim, a modernização, a eficiência da gestão e a prestação dos serviços públicos penitenciários serão a tônica.

JP – Qual o alcance do Plano Estadual de Educação em Prisões desenvolvido pela Sejap e Seduc?

ST – O Plano Estadual irá ofertar o ensino regular em todas as unidades, a começar pela alfabetização de jovens e adultos. O ensino fundamental será ofertado nos dois níveis, além do profissionalizante, sendo que essas modalidades serão ofertadas de acordo com a tipologia e o regime orientado em cada unidade. A Secretaria Estadual de Educação ficará responsável pelo desenvolvimento das tarefas e pelo material didático.

JP – É verdade que o Conselho Penitenciário discutiu recentemente medidas de segurança e apoia a novas práticas de ressocialização da SEJAP?

ST – Temos nos reunido sistematicamente com o Conselho Penitenciário da mesma forma que nos reunimos com a Unidade de Monitoramento do Tribunal de Justiça. Todos os assuntos que afetam direta ou indiretamente o sistema prisional, além de medidas para o seu aperfeiçoamento e modernização são tratados com esses

dois importantes órgãos.

JP – Por que a UPR do Monte Castelo é referência no sistema prisional do Estado?

ST – A superlotação, como é sabido, dificulta em qualquer lugar do país um controle absoluto sobre as fugas. Mas aqui no Maranhão elas tem ficado, de uma maneira geral, no campo das tentativas, graças aos procedimentos adotados pelos agentes penitenciários e por seus auxiliares técnicos, os monitores, além do trabalho do setor de inteligência da Sejap. A fiscalização também ficou mais rigorosa com o videomonitoramento. Até os famosos túneis, que em todo o país são cavados “de dentro para fora das unidades”, aqui no estado, com a forte fiscalização que vem sendo feita, foram tentados “de fora para dentro”. Mas também não deu certo. Mas é bom que se diga que ainda não temos penitenciárias de segurança máxima especial, que são aquelas dotadas exclusivamente de celas individuais, mas já há projetos para execução em 2013, nesse sentido. A unidade do Monte Castelo foi destinada ao regime aberto e funciona, de fato, dentro dos melhores padrões penitenciários. A meta é fazer com que haja um padrão único em todas as unidades, mas isso só será possível quando resolvermos a questão da superlotação.

Judiciário

Guerreiro Júnior, desembargador e presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, vem conduzindo uma gestão dinâmica e humana. Dois exemplos: o início da construção do Fórum de Imperatriz, a segunda cidade do estado, e o anúncio da aguardada reposição salarial dos funcionários do TJ, acrescida de aumento nos auxílios alimentação e saúde, com calendário de recebimento de salários e gratificações.

Mais de 370 servidores foram convocados pelo TJMA este ano

Os serviços auxiliares do Judiciário estadual tiveram o reforço de mais 377 concursados admitidos este ano. As convocações foram feitas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), conforme disponibilidade financeira e necessidade de serviços. Mais 240 servidores ainda tomarão posse, elevando a 617 as vagas ocupadas no quadro de pessoal do Judiciário em 2012.

PÁGINA 3 _____

Mais de 370 servidores foram convocados pelo TJMA este ano

Os serviços auxiliares do Judiciário estadual tiveram o reforço de mais 377 concursados admitidos este ano. As convocações foram feitas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), conforme disponibilidade financeira e necessidade de serviços. Mais 240 servidores ainda tomarão posse, elevando a 617 as vagas ocupadas no quadro de pessoal do Judiciário em 2012.

Segundo a Comissão de Concurso do TJMA, esse número corresponde à planilha de convocações do primeiro ano de gestão do presidente Antônio Guerreiro Júnior. “Caso haja

disponibilidade orçamentária, pretendo convocar até 2013 todos os servidores aprovados em concursos anteriores, sempre com a proposta de atender prioritariamente o 1º grau”, diz o presidente.

Os 377 servidores já trabalhando foram chamados em três convocações relativas ao edital 01/2009, e a duas convocações do edital 02/2011. Os 240 servidores restantes se referem a duas convocações desses editais, cujos concursados por enquanto não entraram em exercício.

Entre os servidores convocados para reforçar o efetivo da Justiça estadual há assistentes

sociais (8), psicólogos (11), contadores (2), desenvolvimento (1), graduados em Direito (100), técnicos judiciários (130), técnicos em contabilidade (9), edificações (7), informática (8), comissário de menores (7), oficiais de Justiça (53) e outras funções.

O TJMA também promoverá concurso público para 31 vagas de juiz de Direito, com inscrições até a próxima semana. Conforme levantamento da Comissão de Concurso do Tribunal, o último seletivo para magistrados do Judiciário maranhense ocorreu em 2008, também com 31 vagas.

Procuradoria Geral do Estado realiza VII Jornada Jurídica em São Luís

A Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE) realizará, quinta (8) e sexta-feira (9), no Grand São Luís Hotel (Praça Pedro II, Centro), a VII Jornada Jurídica, com tema central “Direito Público e Defesa do Patrimônio Histórico”, em homenagem aos 400 anos São Luís. A programação inclui conferências e debates.

O evento é coordenado pela procuradora geral do Estado, Helena Maria Cavalcanti Haickel, com a colaboração dos procuradores estaduais Miguel Ribeiro Pereira e Graça Tanaka. As inscrições podem ser feitas no endereço www.pge.ma.gov.br

A abertura da Jornada, quinta-feira (8), acontecerá às 16h. Logo em seguida, às 17h, haverá a conferência “Sustentabilidade do Patrimônio Cultural Edificado”, proferida pelo doutor Carlos Ari Sunfeld.

Os conferencistas serão o professor Carlos Ari Sunfeld, que é mestre e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Alexandre Freitas

Câmara, desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e Fernando Walcacer, professor de Direito na PUC, diretor da Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil (APRODAB), ex-procurador Geral do de Niterói, ex-subsecretário de Estado do Meio Ambiente no Rio de Janeiro e ex-membro do Conselho Estadual de Tombamentos.

Além deles, participará Carlos Frederico Marés de Souza Filho, mestre e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná e procurador do Estado do Paraná.

PROGRAMAÇÃO

8/11 (Quinta-feira)

16h - Sessão de Abertura

17h - Conferência de abertura: “A sustentabilidade do Patrimônio Cultural Edificado”, ministrada pelo prof. Dr. Carlos Ari Sunfeld, Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 17h45 - Debate

18h - Conferência: “A informatização do Processo Judicial”,

proferida Alexandre Freitas Câmara, desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

18h45 - Debate

9/11 (Sexta-feira)

16h - Conferência: “Proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural: O papel dos Advogados Públicos”, ministrada por Fernando C. Walcacer

(Associado Regular do IBAP, professor de Direito da PUC/RJ, diretor da Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil –APRODAB, ex-procurador Geral do Município de Niterói, ex-subsecretário de Estado do Meio Ambiente-RJ e ex-membro do Conselho Estadual de Tombamentos)

16h45 - Debate

17h- Conferência: “Gestão compartilhada do Patrimônio Cultural”, ministrada por Carlos Frederico Marés de Souza Filho, procurador do Estado do Paraná e graduado, mestrado e doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná.

17h45 - Debate

18h - Encerramento